

A EDUCAÇÃO É UMA BASE PRIVILEGIADA DE SUSTENTABILIDADE DO REGIME DEMOCRÁTICO

A adopção de políticas que pretendem desresponsabilizar o Estado pela garantia de direitos fundamentais, nomeadamente através da crescente mercantilização da Educação e da eliminação das funções sociais do Estado tem vindo a gerar uma profunda crise, prejudicando a grande maioria da população em benefício de uns quantos, poucos detentores do capital.

Ao longo de 30 anos de negociações e luta foi sendo possível conquistar condições de trabalho e sociais cada vez melhores para a maioria da população deste País.

Ainda este processo se encontrava longe de atingir as condições mínimas aceitáveis para todos, eis que surgem de novo os devotos do "São Défice" que transformam as pessoas em números e o País num enorme extracto bancário.

Assim, começamos a ter "números" a mais, "regalias" a mais . . . na Educação, na Saúde, na Justiça, na Função Pública . . . e como se isso não bastasse são atribuídas as culpas pela situação àqueles que nunca fizeram outra coisa que não fosse trabalhar dando o seu melhor num dia-a-dia difícil.

Os professores não aceitam este Estatuto da Carreira Docente. Os professores não aceitam esta ofensiva à educação e à escola pública.

Os professores, como os outros trabalhadores da administração pública e do sector privado, estão a ver reduzidos os seus direitos sócio-profissionais, a sua qualidade de vida e os seus direitos de cidadania consagrados no nosso regime democrático.

É necessário pois, combater os responsáveis por esta política, de maneira firme.

Aos ataques sectoriais vamos responder com uma luta global!

As tentativas de divisão vamos responder com convergência na acção!

Todos unidos na greve geral de 30 de Maio, vamos mostrar que somos muitos, muitos mil . . . !!!

e social do país, é uma mercadoria vendável. Para este governo a escola pública deve limitar-se a ser depósito de futura mão-de-obra desqualificada e cabe aos encarregados de educação escolher entre comprar a instrução a peso de ouro no sector privado ou sujeitar-se à oferta miserabilista do público. Neste cenário o novo Estatuto da Carreira Docente imposto aos professores e às escolas é um instrumento que visa aprofundar a aplicação desta concepção de educação, pois coloca os professores e educadores à mercê de uma gestão carrasca que tudo fará para assegurar, não a aprendizagem, mas a formação acrítica das gerações mais novas. Senão vejamos:

- A fractura da carreira em professores titulares e não titulares cria uma hierarquia entre docentes que rompe com o espírito de equipa e colaboração, com o espírito de responsabilidade e com a divisão funcional de tarefas;

- As regras de avaliação do desempenho para efeitos de progressão estabelecidas são, na realidade, cegas à verdadeira competência dos professores e visam unicamente a transformação destes em

**30
MAIO
2007**

GREVE GERAL

**24
horas**

**É a luta necessária de todos e para todos
É a luta necessária dos professores.**

**Para ofensivas generalizadas
respostas generalizadas!**

www.dorl.pcp.pt
s.intelectual@dorl.pcp.pt
Av^a da Liberdade, 170
Lisboa
21 3307000

 www.professorcomunista.blogspot.com

- As barreiras colocadas ao ingresso na carreira associadas ao encerramento de lugares de quadro significam o agravamento da precariedade laboral na docência e por conseguinte maior dependência e subserviência, desmotivação, perda de sentido profissional;

- O fim da gestão democrática das escolas e o aumento da centralização das competências de decisão liquidam a autonomia, tão necessária face à conjuntura de diversidades culturais e sociais escolares, e estrangulam a liberdade de aprender e ensinar tão importante ao desenvolvimento humano.

Os resultados já se começam a sentir; o concurso para professores titulares, cujo número de vagas está sujeito a critérios financistas e a previsão da passagem de cerca de 20.000 professores para a situação de supranumerários está a gerar grande instabilidade e mau estar nas escolas.

Mas se o governo pensava que aos docentes e os trabalhadores de um modo geral aceitariam pacificamente todas estas agressões estava muito iludido. Não só os docentes estão na generalidade revoltados como estão, e certamente continuarão a estar, em luta. Numa luta que, por ser

**PELA MANUTENÇÃO
DE CONCURSOS NACIONAIS
E TRANSPARENTES**



publicação do Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro e do Decreto-Lei nº 35/2007, de 15 de Fevereiro foram mais um golpe nos concursos nacionais, pois este governo opta por lançar a confusão e a arbitrariedade na contratação de pessoal docente e agrava as suas condições de trabalho, promovendo os contratos individuais de trabalho e a contratação por oferta de escola. Não fosse o bastante, o Aviso de Abertura do Concurso publicado em Diário da República em